

O Trabalho

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

plataforma por um Partido dos Trabalhadores

editorial

50 ANOS DA REVOLUÇÃO:

Urge cumprir Abril!

No dia 10 de Março, poucos serão os eleitores que, se votarem, o farão para apoiar o programa de um dos partidos concorrentes.

Em 2015, o mundo do trabalho depositou, com o seu voto, a esperança de que fosse voltada a página das contra-reformas e cortes da troika.

Oito anos de governos teoricamente de esquerda trouxeram, contudo, duas conclusões árduas, mas, no fundo, simples.

1) Mudanças sérias são impossíveis sem romper com a alçada da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu. São eles que mandam nos orçamentos, na legislação laboral, na agricultura, nas possibilidades de intervenção do Estado, no investimento...

2) E nem o PS nem as direcções do Bloco de Esquerda e do PCP estão interessadas em tal ruptura.

Pior: mesmo em domínios não directamente abrangidos pelos tratados da UE, o PS subordinou-se sem reservas às ordens do imperialismo americano e pôs o país ao serviço das guerras da NATO e dos EUA. Não só o PS. Também a direcção do BE, para indignação de muitos jovens e trabalhadores.

Sobretudo do lado dos trabalhadores e da juventude, o voto já só serve, praticamente, para tentar impedir "males maiores", como a anunciada (e promovida) extrema-direita, cuja ala nazi ousou marchar em Lisboa, protegida pelos escudos da polícia de choque.

A defesa dos salários, do emprego, da saúde, da habitação, da paz não se resolverá, porém, nas eleições.

É bom recordar, neste cinquentenário do 25 de Abril, que tudo o que os trabalhadores ainda têm de bom neste país resultou da sua mobilização auto-organizada: da revolução.

- Foram os trabalhadores organizados nas suas Comissões de Trabalhadores e sindicatos que arrancaram, com greves e ocupações, o salário mínimo e aumentos substanciais dos salários – e, mais tarde, a nacionalização da banca e dos sectores estratégicos da economia.
- Foram os operários agrícolas organizados que ocuparam os latifúndios e fizeram a reforma agrária.
- Foram os moradores organizados em comissões que começaram a acabar com as barracas e a ocupar e construir habitação popular.
- Foram os soldados que tornaram impossível continuar a guerra colonial e, em assembleias de quartel, impediram a repressão dos trabalhadores.
- Foram os estudantes e professores que, nas escolas e universidades, e também em missões pelas aldeias e vilas do país, começaram a construir o ensino público e universal.
- Foram os médicos e pessoal hospitalar que começaram a construir o serviço nacional de saúde nos hospitais e centros.

A Constituição e as leis vieram depois. Consagraram, por vezes, uma parte do que se ganhara.

Construir um Partido dos Trabalhadores

Quando mudou a relação de forças e o movimento de massas recuou, chegaram novas leis e revisões constitucionais, que desbastaram, diminuíram, retiraram direitos e salários.

Porém, o número e a força potencial dos trabalhadores explorados não cessou de aumentar.

Continua na página seguinte

Páginas centrais

política

A UE prepara-se para adoptar "novas" regras orçamentais

AINDA PIORES...

Pág. 2

luta de classes

Entrevista com
Filipe Santa Bárbara,
da Comissão de
Trabalhadores da
TSF

Pág. 4

política

Bloco de Esquerda:

No Campo
do Imperialismo

Pág. 8

internacional

Argentina:

A Classe
Trabalhadora
em Autodefesa

Pág. 10

internacional

Palestina:

OUSAR
ROMPER

Pág. 12

editorial Continuação da página anterior

O que tem feito mal ao povo trabalhador não é a falta de força ou de número.

Tem-lhe feito mal que as direcções políticas em quem confiaram e em quem muitos votam para se defenderem tenham optado por uma vida de concertações de cúpula com o Estado e o patronato, de desmobilização e divisão das fileiras dos trabalhadores, de greves desunidas, “cada uma por si” – em vez de juntarem o clamor de insatisfação e raiva que sobe das massas trabalhadoras deste país num só movi-

mento, numa só greve geral para fazer recuar o patronato e o Estado.

Esta política de divisão abriu caminho ao alastramento do desespero. E o desespero e a desorganização é o terreno em que prosperam os demagogos fascistas e os vendedores de banha da cobra.

Nas páginas centrais, uma série de militantes do movimento operário lança um convite a todos os que não se conformam: **juntemo-nos numa plataforma de discus-**

são e intervenção para construir, reconstruir um autêntico Partido dos Trabalhadores.

É o que mais falta faz: um partido que erga bem alto a bandeira do governo dos trabalhadores e do socialismo.

- Um partido que preste exclusivamente contas aos próprios trabalhadores.
- Um partido que ajude a unir.
- Um partido que ajude a vencer.
- Juntemo-nos!

política**A UE PREPARA-SE PARA ADOPTAR “NOVAS” REGRAS ORÇAMENTAIS****Ainda piores...**

Para quem não se lembre, os trabalhadores portugueses ficaram a dever os anos da troika e os seus famigerados cortes de salários e pensões às regras da União Europeia sobre os défices e a dívida pública dos Estados.

Ficou-se a dever a essas mesmas regras orçamentais a política de maciço desinvestimento público seguida pela geringonça e pelos governos PS (desinvestimento público quer dizer simplesmente: destruição progressiva do património público). Esta política foi coadjuvada pelas “cativações” de Centeno, feitas para comprimir também a despesa corrente.

Durante a pandemia, a Comissão Europeia decidiu “derrogar” àquelas regras. Melhor: decidiu não actuar, provisoriamente, contra os “infractores”, embora continuando a considerá-los como tal.

Após a pandemia, abriu-se um período de intensa “reflexão” nos areópagos de Bruxelas: como e quando repor as regras? Tal qual? Com alterações? Os argumentos voaram, os povos nada souberam.

o resultado de tudo isto, segundo a presidência espanhola da UE e a imprensa oficial, foram regras “mais simples, credíveis e realistas”. O zeloso *Público* (21/12), que saliva à mera pronúncia da palavra “Europa”, falou de “mudança de paradigma”. Da confiança dada “aos mercados financeiros”.

lá confiança deve-lhes ter dado, pois o resultado real é um agravamento do controlo directo de Bruxelas sobre os orçamentos nacionais.

os limites arbitrários de 60% do PIB para a dívida pública e de 3% do PIB para o défice orçamental do Estado mantêm-se (actualmente ninguém os respeita).

Mudam, sim, os “indicadores” de vigilância e os prazos de “ajustamento”.

Citando o estudo de um *think tank* de Bruxelas, que, para vários Estados da UE, calcula as implicações do novo Pacto de Estabilidade, o economista liberal Luís Marques (*Expresso*, 3/1/24, num artigo intitulado: “A Europa Regressa à Austeri-



dade”...), refere que “o nosso país precisará de registar um excedente orçamental de 2,8% durante quatro anos, ou de 2,6% se optar por o fazer a sete anos”.

Note-se: o nosso país precisará de um excedente orçamental de quase 3% durante quatro (ou sete) anos seguidos – sem contar com os juros de dívida.

Portugal deverá, portanto, anos a fio, ter um “excedente primário” (receitas menos despesas) **igual a uns 6% do PIB**. Tal nunca aconteceu...

Não é austeridade: é uma ordem para privatizar e destruir tudo e acabar definitivamente com o SNS e o ensino público.

os donos de Portugal & os donos do mundo

A revista *Forbes*, versão Portugal, publicou a lista anual dos milionários mais ricos do país.

Para as **50 famílias mais ricas**, apurou um património de mais de **40 mil milhões de euros**, ou cerca de um sexto do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de todos os salários, rendas, lucros e juros auferidos por toda a gente em Portugal num ano.

Metade, **20 mil milhões, pertencem às dez famílias mais ricas**: famílias Amorim (a mais rica, 4.800 milhões: cortiça, GALP), Soares dos Santos (Jerónimo Martins, Pingo Doce), Mello, Azevedo (Sonae), Alves Ribeiro, Pestana e mais quatro.

Nota importante: o cálculo da *Forbes* não inclui “contas privadas, carteiras de ações não divulgadas, ou participações não qualificadas, bem como bens pessoais não conhecidos publicamente” dentro ou fora do país. Por outras palavras: o património desta meia-dúzia de famílias é, na realidade, muito superior a estes números e, de certeza, superior a 20% do PIB português.

“Desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram as suas fortunas. No mesmo período, quase cinco mil milhões de pessoas empobreceram. Privações e fome são a realidade de muita gente, em todo o mundo. Ao ritmo actual, demorará 230 anos até acabar com a pobreza; mas o primeiro bilionário é capaz de aparecer nos próximos dez anos.

A extraordinária concentração de poder global das empresas e monopólios tem exacerbado a desigualdade em toda a economia. Sete dos dez maiores grupos económicos do mundo têm um director executivo ou um accionista principal com uma riqueza na ordem dos milhares de milhões de dólares. Espremendo os seus trabalhadores, evadindo impostos, privatizando o Estado e promovendo o desastre climático, os grupos económicos são o motor da desigualdade e da canalização de cada vez maior riqueza para os seus proprietários ricos.” (Relatório da OXFAM apresentado à cimeira de Davos em 2024).

política

Militantes de luta de classes abandonam o Bloco de Esquerda



O PROGRAMA ELEITORAL DO BE

Trés militantes do Bloco de Esquerda, parte do grupo que edita este jornal “O Trabalho”, desvincularam-se definitivamente do Bloco nos últimos dias de 2023.

Como referiram na sua carta de desvinculação, a sua “ruptura é imposta pelas posições abertamente pró-imperialistas tomadas pela direcção do BE em várias ocasiões recentes, particularmente nos casos da guerra na Ucrânia e da guerra contra o povo palestino. Estas posições inscrevem-se numa longa sucessão de posições do BE contrárias aos interesses dos trabalhadores e do socialismo. Militantes, activistas, trabalhadores, jovens empenhados em construir um partido dos trabalhadores, independente

Ler a declaração de desvinculação em:

<https://ainternacional.pt/2023/12/28/por-uma-alternativa-pelo-socialismo/>

do Estado e do capital – luta que pretendemos continuar a travar –, não o podem fazer numa organização votada à defesa do Estado e da ordem da União Europeia e da NATO e que vive de costas voltadas para o mundo do trabalho.”

Com outros militantes, alguns que já haviam abandonado o BE, outros sem ligação ao Bloco, decidiram criar uma plataforma unitária para voltar a construir um verdadeiro Partido dos Trabalhadores.

Apelam a todos os militantes, trabalhadores e jovens interessados em manter de pé a luta do trabalho contra o capital a juntarem-se a esse esforço indispensável (ver convite e declaração de princípios nas páginas centrais).

Depois da adesão à NATO, a adesão às contas certas...

Foi com estupefacção que muitos militantes e eleitores do Bloco de Esquerda viram a sua direcção votar, no Parlamento Europeu, seis resoluções de apoio à NATO e à intensificação da guerra na Ucrânia. E, em São Bento, aplaudir de pé Zelensky, o chefe da oligarquia mafiosa ucraniana. Enfim: os que viram; que os chefes bloquistas não fizeram publicidade.

Foi tudo menos um acaso.

Em finais de Janeiro passado, a coordenadora do Bloco apresentou o programa eleitoral do partido para as legislativas. À sua leitura, vê-se que não foi por despiste que o BE embarcou no comboio do imperialismo.

Citada pelo *Público* (29/1), a coordenadora disse que ia “apresentar uma alternativa de contas certas, claras”. “Contas certas”, como toda a gente entretanto saberá, pouco tem que ver com “contas”, ou com “certas”. É simplesmente a senha de entrada nos círculos do capital financeiro internacional.

Conhece-se a situação do país. A propriedade dos grandes meios de produção e a riqueza são controladas por umas 50 famílias (ver controlo local) e por multinacionais americanas, espanholas, francesas, alemãs. A política económica e social é controlada pela Comissão Europeia e pelo Banco Central Europeu. O orçamento da nação, votado pró-forma no final do ano pela Assembleia da República, é determinado meses antes em Bruxelas com a Comissão, à porta fechada.

• Plano de Recuperação e Resiliência

(PRR) é a alavanca com que a União Europeia prevê, nos próximos anos, alimentar o grande capital com subsídios de milhares de milhões, mais ou menos pintados de verde, condicionados apenas a os governos privatizarem ainda mais, pagarem a dívida aos grandes bancos internacionais e continuarem a dismantelar o chamado Estado social.

•ra, a direcção do BE pretende ter encontrado a maneira de resolver os problemas do povo sem mudar nada disto. Aceitando o jugo do BCE. Não pondo em causa as regras europeias sobre o défice orçamental e a dívida pública.

A receita: aumentar um imposto aqui, reduzir outro acolá... Onde já vimos isto?

Foco do programa eleitoral do Bloco é a habitação, um dos problemas centrais dos trabalhadores e da juventude.

Eo que propõe o BE? Reforçar as verbas do PRR nuns 20% por ano... Acrescenta mais uma série de medidas avulsas (algumas delas decerto progressivas, como o imposto sobre as grandes heranças, a revogação da lei Cristas, etc.), para instilar a ilusão de que é possível resolver alguma coisa sem romper as apertadas algemas dos tratados europeus. Sem atacar a sagrada propriedade privada dos meios de produção e o sistema de especulação desenfreada a que inevitavelmente dá lugar.

Do mesmo modo, em vez de exigir a renacionalização sem indemnização de empresas privatizadas, como os CTT ou a REN, saqueadas e/ou destruídas pelos privados, propõe que o Estado, para

“recuperar o controle público de sectores estratégicos”, compre (na bolsa!) participações nelas – pagando centenas de milhões aos accionistas actuais...

Emblemáticas do programa do BE são também algumas das medidas “sociais” que propõe. Na prática, equivalem a criar uma espécie de humilhante “cartão de identidade do pobrezinho”.

Comparticipação plena dos medicamentos, de que depende a população trabalhadora, sobretudo a mais idosa? Não, saía muito caro, supõe-se. Lá ia o défice. Então? Dê-se comparticipação plena, mas só a quem receber menos do que o salário mínimo...(mas porque há-de alguém receber menos do que o salário mínimo?!)

Reduzir o preço da electricidade, tornando-a acessível a todos os trabalhadores? Nem pensar. Deve ser muito caro. Dá-se antes uns alívios às famílias que ganhem menos de dois mil euros/mês; ou um “consumo básico” gratuito às pessoas que já beneficiam da tarifa social.

A política social do Bloco: criar um “cartão de pobrezinho” para receber pequenas benesses...

Note-se que todas estas medidinhas só saem da imaginativa cartola bloquista por uma razão: por parecerem maneiras de dar qualquer coisinha aos pobrezinhos sem mexer no império dos Azevedos, Amorns e multinacionais.

Alguém pensa que tais medidas durariam mais de uma fracção de segundo quando comessem as negociações da almejada nova geringonça?

Luta de classes TRABALHADRES DA GLOBAL MEDIA EM LUTA PELOS

na 1ª pessoa Entrevista com o jornalista Filipe Santa Bárbara

(conduzida por Adriano Zilhão, José Casimiro e Mário Tomé)

salários e subsídios em atraso

AZ: Filipe, qual a situação actual laboral, na TSF em particular, mas também nos outros títulos do grupo? Há ameaça directa de despedimentos colectivos ou mesmo de insolvência?

FSB: Formalmente ainda não existe despedimento colectivo, que tem sido uma ameaça de facto reiterada, ao longo do tempo, pela actual comissão executiva, mas ainda não concretizada. Isto porque, até 10 de Janeiro, a administração estava à espera que os trabalhadores saíssem pelo seu próprio pé através da negociação de rescisões por mútuo acordo (...). Muitos trabalhadores, dadas as circunstâncias de incerteza verificadas, se não recebem salário, qual é a garantia de receber a indemnização? Não há garantia. O processo de rescisões foi muito pouco participado; ouvi falar em cinco pessoas; na TSF sei que foi só uma pe-ssoa. Portanto, estamos nesta situação: salário em atraso, subsídio de natal em atraso, trabalho suplementar em atraso. E (...) colaboradores pontuais também não têm as suas situações regularizadas. O CEO vai ao Parlamento dizer que tem a promessa de fundo, sabe-se lá quem, pagar no início da próxima semana – mas a verdade é que à comissão de trabalhadores nunca chegou uma resposta formal (...).

“já não é possível assegurar”

AZ: Eu ouvi Manuel Acácio dizer que, com as rescisões por mútuo acordo e os despedimentos colectivos previstos, de umas 200 pessoas no grupo todo, a TSF torna-se inviável. Qual é a intenção dos novos proprietários? É deixar morrer e vender os activos?

FSB: A *intenção* é a pergunta que toda a gente quer saber. Não temos resposta. De facto, os despedimentos, na TSF são 30 pessoas – num universo de setenta e pouco. É um impacto gigantesco. Na noite de natal, pela primeira vez, não houve noticiários na TSF. (...) Com a estrutura actual, já não é possível assegurar. Então, com o despedimento colectivo, por razões óbvias, ainda mais difícil é. Agora, as verdadeiras intenções não sabemos. (...) Concretizando-se um plano destes, aí é que não há salvação possível. (...)

“quem são essas pessoas?”

AZ: Não sei se tiveste ocasião de ler o comunicado que os Solidários distribuíram, onde chamamos a atenção para a situação, de resto não só em Portugal, de uma espécie de flibusteiros capitalistas anónimos e desconhecidos, nem sequer sociedades cotadas em bolsa, um fundo alemão que comprou a Efacec, um fundo suíço agora na TSF, um fundo texano que comprou o Novo Banco e, depois, andou a sacar milhares de milhões do Orçamento de Estado, e vários outros casos que têm passado na imprensa, que nem sequer têm propriamente projectos nenhuns de especial, a não ser: comprar empresas, extrair os activos que elas possam ter, fazer dinheiro, voltar a vender ou decretar a insolvência e fazê-las desaparecer. E indo embora. Como é que vês esta situação da sociedade, da economia portuguesa, com que reflexos na vida dos trabalhadores em geral?

FSB: Isso extravasa um bocado das minhas funções de representante dos trabalhadores da TSF. Há aqui coisas que, independentemente do

modo como os sistemas estão construídos, nomeadamente o sistema capitalista, há uma coisa que devíamos estar todos atentos, seja em Portugal, seja na União Europeia, seja no chamado mundo desenvolvido: quem são, de facto, essas pessoas?

(...) Não se pode permitir este nível tal de opacidade que não se sabe com quem estamos a falar. Uma Comissão de Trabalhadores está a lidar com uma Comissão Executiva. A questão é: quem são esses nossos interlocutores? Quem são as pessoas? (...) Eu acho que isso é uma coisa com que a sociedade deve estar preocupada, no sentido em que sou adepto completamente, a 100%, de que haja um máximo de transparência quando falamos de questões de fundos de investimento. É assim que tem de ser.

“o jornalismo não pode estar capturado por pessoas que ninguém sabe quem são”

Mas, no negócio da comunicação social, ainda pior. (...) Nós não estamos a mando de ninguém – mas precisamos de saber quem é que nos paga. Precisamos de saber que interesse é que essas pessoas têm. Enfim, a redacção da TSF, e, nesse caso, até honra lhe seja feita, é bastante firme, talvez porque nasceu de uma cooperativa de jornalistas. (...) Os editores têm, efectivamente, poder – até ao dia... –, mas têm efectivamente poder de decidir o que é que é feito e não é feito, o que vai para o ar e o que não vai para o ar. Mesmo nas direcções editoriais, existe muito essa coisa firme de quem é o editor, que vai abrir o microfone para dar as notícias que foi ele que escolheu. É uma coisa (...) não só de preservar, como de estimular.

Não vou dizer que a resistência tem limites, mas a situação pode-se complicar. Eu acho que toda a gente e, sobretudo, todo o poder político, acordou bastante tarde para este assunto. Tem, em primeira instância, de atender à urgência das questões individuais dos trabalhadores desta empresa, mas, a médio e longo prazo, o jornalismo não pode estar capturado, capturado é a palavra certa, porque quem põe, efectivamente, o salário na conta tem esse poder, por pessoas que ninguém sabe quem são. Transparência total. Isso é uma coisa que deve ser exigida por toda a gente, não só pelos jornalistas, mas pela sociedade toda.

JC: Considerando também os quadros legais e as várias dimensões envolvidas, como tem sido a relação entre a intervenção da Comissão de Trabalhadores e a do Sindicato dos Jornalistas face à empresa e ao governo?

FSB: Há efectivamente várias dimensões, até no modo como a empresa está organizada. Eu estou eleito para a comissão de trabalhadores da radio-notícias. Portanto, além de só poder falar e ter sido eleito pelos seus trabalhadores, há muitas outras informações das empresas do grupo que eu até posso pedir, mas não tenho dados de acesso, por exemplo, coisas relativas à TSF, quanto mais ao Diário de Notícias ou ao Jogo ou ao JN...

JC: Por isso é que eu falei do sindicato, não é? A não ser que vocês tivessem tido tempo para formar uma coordenadora de comissões de trabalhadores.

FSB: Não, não existe.

JC: Calculo que não, até porque há poucas. Mas a forma de ultrapassar isso e confrontar ao nível da Global Media tem de ser o sindicato, que abrangge, não é? Só que, claro, o problema é que, legalmente, o sindicato não tem a mesma possibilidade de intervenção que a Comissão de Trabalhadores pode ter.

FSB: Pois, mas aqui, desde logo, se começa com uma simples constatação. Enfim, não queria ser muito grosso, como acho que o CEO foi... Se o CEO fala assim na Assembleia da República... acho que, para bom entendedor, meia palavra basta. E, depois, de facto, essa via de diálogo foi aberta. A comissão executiva recebeu-nos. Foram cordiais no trato. Agora, prestar a informação, que são legalmente obrigados a prestar a uma comissão de trabalhadores – ainda não a prestaram. (...) Fizemos queixa à ACT, que foi, diga-se, bastante célere, se não foi no dia a seguir, foi dois dias depois, que, especificamente, trataram desta situação. Sobre as contas da empresa, ficou-nos a promessa de que “estamos ainda a reunir a informação” etc., “enviaremos” – até ao dia de hoje, ainda não aconteceu. E portanto estas coisas têm de facto limitações. Mesmo para a actuação dos sindicatos, existem limitações. Há uma coisa boa, que tem sido a concertação entre os vários sindicatos que representam os trabalhadores das várias empresas da Global Media, por exemplo para a greve deste dia 10 e outras acções. Agora, se eu acho, no ponto de vista da comissão de trabalhadores, que os sindicatos estão totalmente unidos? Eu acho que não. Acho que ainda há muito caminho a fazer. A comissão de trabalhadores da TSF nasce com este propósito; mas, nas outras marcas, os trabalhadores ainda não fizeram o mesmo para as suas próprias empresas. Se calhar, efectivamente, era de estimular que esses trabalhadores se unissem para poderem criar uma comissão de trabalhadores.

“é um pesadelo criar uma comissão de trabalhadores”

Mas aí também há outras coisas, que também podem ser abordadas – e eu acho que devem ser abordadas pela Assembleia da República que resultar das próximas eleições: é que é um pesadelo criar uma comissão de trabalhadores.

JC: Um pesadelo burocrático.

FSB: Isto andou para trás. As eleições foram antes do verão. Nós só tomámos posse em Novembro. Falta sempre uma coisa. Recebemos uma carta há 2 semanas: os estatutos têm umas inconformidades quaisquer. Temos que as corrigir. Enfim, é muito difícil criar uma comissão de trabalhadores em Portugal... (...) O papel dos sindicatos aqui também é muito forte, mas, lá está, os sindicatos, historicamente, iam pedindo reuniões, informações, a outras administrações, não foi só com esta. Caía tudo em saco roto. De facto, foi esse o motivo para a Comissão de Trabalhadores, que, por causa da lei, eles não podem ignorar da forma como ignoram os sindicatos. Agora: não podem – mas podem, a verdade é que podem. (...)

MT: A única entidade aqui palpável no meio disto, pelos vistos, é o governo. Quer dizer, o governo tem como obrigação, para já, garantir a liberdade de imprensa na comunicação social e a vida dos trabalhadores. Eu acho que, neste momento,

SALÁRIOS E POSTOS DE TRABALHO da comissão de trabalhadores da TSF da plataforma "Solidários")

o governo deve ser o alvo a atacar. O governo deve garantir e, para isso, se tiver que nacionalizar esta treta toda, porque não? Ah, porque é "independente"? Mas qual independência?! Há lustros que os órgãos de informação não têm independência nenhuma! O governo tem que garantir a liberdade de informação e os direitos dos trabalhadores e que não haja despedimento nenhum, porque a gente precisa de vocês.

FSB: A questão aqui, e o caminho que eu vejo, é: todos nós, todos, sociedade, enquanto democratas, devemos fazer todo o possível para salvar estes órgãos de comunicação social. (...)

AZ: Nesse contexto, vocês definiram objectivos e formas de luta, como Comissão de Trabalhadores e como trabalhadores em assembleia, objectivos imediatos para a luta?

"tenho perguntas feitas ao Ministério Público que não são respondidas há mais de 1 ano"

FSB: Só terminando ainda um outro raciocínio: independentemente de se concordar ou não com uma nacionalização temporária destas empresas, há aqui uma coisa que é certa: pelas palavras dos accionistas, administradores, toda a gente o aponta, parece que há problemas, buracos financeiros, surpresas, salários de outro planeta, dinheiro torrado (expressão de José Paulo Fafe)... Se estamos perante acusações, gravíssimas, de parte a parte, a justiça tem que intervir de alguma forma, não pode ficar de olhos fechados...

Isto dava muita conversa, até enquanto jornalista. Eu tenho perguntas feitas ao Ministério Público que não são respondidas há mais de um ano: só para saber se um inquérito foi aberto sobre determinado assunto...(...). Mas essa é uma, a dimensão da justiça, a outra, a segunda dimensão é o debate que tem que ser feito, e hoje já ficou provado na Assembleia da República que isto está longe de ser consensual. (...) Enfim, todos nós aqui temos já experiência suficiente nestas andanças para saber que não vai vir daí nenhuma solução. Os trabalhadores estão a pensar; e a liberdade de imprensa está a ser asfixiada.

"a greve foi um sucesso"

Portanto, colando à pergunta que fez, nós estamos a navegar à vista: primeiro, pela nossa inexperiência; segundo, porque o meu telefone não pára de vibrar: a cada momento há coisas novas a acontecer. (...)

Agora, há uma coisa que está definida. Fizemos a greve de ontem, que foi um sucesso. Falar em sucesso no meio disto tudo é um bocado triste... ter que fazer uma greve com adesões totais, atenção: adesões totais... Enfim, do ponto de vista da luta, acredito que se pode falar em sucesso. Agora, no ponto de vista da vida das pessoas é uma coisa triste, para dizer o mínimo. Uma coisa é certa: estes trabalhadores têm que manter o tema vivo, não há já nada a perder. Manter o tema vivo: fazemos as coisas clássicas, reuniões, greve (de resto, é a segunda), petições. Mas estamos a pensar de que maneira chegar ao maior número de pessoas e envolver o maior número de agentes da sociedade civil (...)

(...) Estamos nessa linha nas redes sociais, nas plataformas todas em que pudermos manter o tema vivo. Depois, nos bastidores, estamos com muito



Filipe Santa Bárbara fala aos trabalhadores da Global Media concentrados junto à sede da empresa

trabalho, mas, desde logo, uma das formas de luta é a denúncia permanente e sistemática das coisas que estão a acontecer – é uma luta muito difícil e muito desigual. (...)

AZ: Sobre a questão da nacionalização. (...) Há objecções liberais que dizem que a independência do poder político é fundamental; mas aparentemente há uma vantagem em haver uma dependência do poder económico... por exemplo, o *Público* é propriedade da família que, segundo a publicação da *Forbes Portugal*, é a segunda mais rica do país... Qual a vantagem de os órgãos de comunicação serem propriedade da família mais rica de Portugal em vez de serem de alguma coisa que está vagamente sujeita ao controlo da população, nem que seja através das eleições?

"pior do que as pressões políticas é o poder económico"

FSB: Esta questão de falar de independência política, e, atenção, é uma opinião que me vincula apenas a mim, é bastante populista. Porquê? Porque pior do que as pressões políticas ou interferências ou tentativas de interferência política na comunicação social é o poder económico. É um debate que não se faz. Se olharmos, em 2023, para os órgãos que são detidos pelo Estado, nomeadamente a RTP... quem tem críticas à independência da RTP hoje em dia? Quem?!

Portanto, isso é uma razão: existem sempre maneiras de salvaguardar a independência, basta querer. Agora a esta discussão têm que ser chamados todos. Têm que ser chamados os partidos políticos, que, durante anos e anos e anos a fio, ignoraram o pensamento sobre a comunicação social. (...) Há também muitas culpas por parte da classe, por nunca ter, primeiro, lutado pelos seus direitos como deve ser; segundo, nunca ter escrutinado, nas notícias, nas reportagens, nos jornais, nas rádios, nas televisões, os negócios da comunicação social ao longo do tempo. (...)

A comunicação social é um sector como outro qualquer. E, portanto, também ele tem que ser escrutinado. E isso foi uma coisa que nunca foi feita. (...)

"salários de trabalho não qualificado"

AZ: Precisamente. É um sector como outro qualquer. Eu vi uma destas intervenções na rede social Facebook, alguém que declarava a sua solidariedade com os jornalistas, mas depois dizia, de uma maneira que pode parecer um pouco injusta, mas se compreende, que oxalá os órgãos de comunicação dessem tanta importância aos trabalhadores não jornalistas e que ficam com salários em atraso, cujas empresas são alvo de ataques de fundos e ou da insolvência ou de todas essas manigâncias habituais no mercado capitalista... A intervenção era positiva em relação aos jornalistas, mas a questão que eu no fundo queria pôr

era esta: tal como os professores e os médicos, os jornalistas estão postos na situação de que são trabalhadores ou, se quisermos, proletários como os outros, trabalham para um patrão, para quem a empresa é um negócio de onde extrair lucro ou então vantagens com que se possa depois, no futuro, obter lucros, influências etc; os trabalhadores na comunicação social, na imprensa, parece-me, estão agora a ver que são como os outros trabalhadores todos, mais ou menos.

"50 anos do 25 de Abril com um garrote apertadíssimo à liberdade de informação e à liberdade de imprensa"

FSB: Nós sempre soubemos que somos como os outros trabalhadores todos. Eu, pelo menos, sempre tive essa consciência.

E sempre fui bastante crítico do facto de como se ignoram os problemas da comunicação social. É assim: os salários, na generalidade dos órgãos de comunicação social, nacionais inclusive, são salários, muitas vezes, de trabalho não qualificado. Quando, sem querer estar aqui a ser corporativista, já caíram bancos neste país por causa da comunicação social! É um trabalho de enorme responsabilidade para o país! E é extremamente mal pago. Extremamente mal pago. (...) Num estudo, encomendado pelo sindicato dos jornalistas há uns anos, apontava-se o salário médio na comunicação social: era de 1250 euros. Quem é que vive com 1250 euros? Quem?

JC: Dois terços dos trabalhadores...

FSB: Mas esse é de facto o problema da sociedade em geral, em Portugal, obviamente, mas lá está, estamos aqui a falar de salários que não são compatíveis com a responsabilidade, que não permitem viver. (...) Agora está na altura de fazer este debate... temos congresso de jornalistas para a semana... é um momento importante, está na altura de fazer este debate, até do ponto de vista simbólico, faz 50 anos do 25 de Abril este ano, 50 anos do 25 de Abril com um garrote apertadíssimo à liberdade de informação e à liberdade de imprensa – coisas que todos nós, democratas, acho que queremos preservar.

"estamos a lidar com caminhos muito incertos"

(...). Nós, jornalistas, enfim, os órgãos de comunicação social, tentam acudir, dentro das suas possibilidades. Agora, não me posso queixar da cobertura mediática que tem sido feita na [crise da] Global Media, isso é verdade (...). Ou seja, temos que acudir a isso e temos que denunciar toda e qualquer injustiça que exista neste país. Sem dúvida nenhuma. Mas é que o caminho para onde estamos a ir é que essas injustiças fiquem sem voz, também, cada vez

Continua na página 8

por uma plataforma por um partido dos trabalhadores

**"é chegado o momento
de os trabalhadores e a juventude
criarem uma alternativa política sua"**

A situação política que a todos se apresenta, sejamos trabalhadores, jovens, estudantes, é alarmante. E ainda mais alarmante é o futuro que nos augura.

É chegado o momento de os trabalhadores e a juventude criarem uma alternativa política sua.

Oito anos de governos de "esquerda" eleitos pelo povo para se ver livre do sinistro governo da troika/PSD forçam uma conclusão clara: quem manda continua a ser a troika, a União Europeia (UE), o Banco Central Europeu (BCE) e o seu regime da "concorrência livre e sem entraves".

**"sem romper com este regime,
governe que geringonça governe,
nada muda"**

Este regime funciona como um aspirador. Sopra lucros de milhares de milhões, produzidos por quem trabalha, para as mãos de meia-dúzia de grandes capitalistas. Condena quem trabalha a salários e condições de vida cada vez mais intoleráveis. Campeiam a exploração, a corrupção, a podridão. Em tal meio, a besta fascista levanta de novo a cabeça.

Sem romper com este regime, governe que geringonça governe, nada muda.

As últimas décadas têm sido difíceis para o movimento dos trabalhadores no mundo.

Nos anos oitenta, a revolução portuguesa recuou. Os mineiros britânicos foram derrotados por Thatcher. A União Soviética e os outros países que se proclamavam socialistas caíram nas mãos de mafias capitalistas saídas da decomposição das burocracias corruptas.

Muitos concluíram que o movimento operário devia aceitar a sua derrota histórica. Teríamos passado a viver no mundo do "fim da história" anunciado pelo teórico burguês Fukuyama.

Entre os que aceitaram tal "mundo" contam-se, no nosso país, não só o PS, mas também as direcções do Bloco de Esquerda e do PCP. Todos eles desistiram de pôr seriamente em causa o poder de quem, em nome do grande capital internacional, manda: Washington e a União Europeia; e, por cá, os homens e mulheres políticos de mão que servem tanto a UE como os Amorins, Azevedos e Mellos.

Aqueles partidos, em quem os trabalhadores tradicionalmente têm votado, limitam-se, se tanto, ao respeitoso

Diz a revista forbespt.com que 50 famílias detêm um património de 50 mil milhões de euros, sem contar o imobiliário e outros bens pessoais. Portanto, à vontade, um quarto do PIB nacional.

Metade da população vive na pobreza ou à beira dela. À escala mundial, igual ou pior.

Enquanto isto, o PS reivindica o que fez estes anos:

menos salário, menos SNS, menos ensino, mais casos e mais casinhos. O Bloco de Esquerda quer "mais geringonça", adere à NATO e perde-se em causas e causinhas. E o PCP esgota o movimento sindical em jornadas e jornadas.

Não podemos continuar assim.

Para abrir de novo o caminho de Abril, lutar deter-

minadamente pelas reivindicações e pelo socialismo, é tempo de lançar as bases de um verdadeiro partido dos trabalhadores e da juventude, independente do Estado e do patronato. Este é o nosso apelo.

Junta-te!

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

preenchimento de requerimentos de melhoramento – mas só se estes não causarem engulhos ao BCE e ao capital financeiro... Desistiram de representar a classe trabalhadora e os seus interesses.

Mas o capitalismo decadente dos nossos dias não comporta melhoramentos. Promove, sim, constantes contra-reformas e guerra social contra as condições de vida da classe trabalhadora.

Elimina, ora metódica, ora convulsivamente, todas as conquistas que o movimento operário alcançou por greves, insurreições e revoluções. A revolução portuguesa, que este ano completa cinquenta anos, é a fonte de tudo o que ainda nos protege.

O capitalismo afunda-se em guerras sociais e militares contra os povos de todo o mundo: no Médio Oriente, em África, na Ucrânia e na Rússia. E ameaça guerras contra a China, o Irão. Ameaça com a guerra mundial.

"partilhamos ideias fundamentais sobre o estado do mundo"

Entre os que subscrevemos esta declaração de princípios, há diferentes percursos: uns fomos militantes do Bloco de Esquerda e/ou das organizações que lhe deram origem, a UDP/PC(R) e a LCI/PSR; activistas de outras organizações do movimento dos trabalhadores; alguns estamos a organizar-nos pela primeira vez.

Partilhamos, porém, ideias fundamentais sobre o estado do mundo.

Não nos conformamos com o descrédito que muitos lançam sobre as palavras socialismo e comunismo. Vemos não no socialismo, mas na degenerescência burocrática da URSS e do "Bloco de Leste" a causa da sua queda.

Revemo-nos no combate pela Internacional Operária. Alguns de nós travamo-lo no âmbito do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI).

"a única alternativa à barbárie é o derrube do capitalismo imperialista"

Reivindicamos a urgência de retomar uma linha comunista e revolucionária, centrada na luta das mulheres e dos homens trabalhadores pelo derrube do capitalismo, por um governo dos trabalhadores, pela socialização dos grandes meios de produção e de troca: pelo socialismo.

Somos pela defesa e solidariedade internacional de todos os oprimidos. Somos contra a destruição capitalista do ambiente – incluindo o capitalismo da "transição verde".

A única alternativa à barbárie é o derrube do capitalismo imperialista pelo poder dos trabalhadores associados e organizados.

Os acontecimentos das últimas décadas demonstram a justeza do caminho delineado no Manifesto Comunista de Marx e Engels, há mais de um século: é preciso construir organizações de trabalhadores totalmente independentes da burguesia e do seu Estado.

"é preciso um verdadeiro partido dos trabalhadores"

São precisas organizações para lutar incondicionalmente pelos direitos dos trabalhadores, em vez de colaborar com a classe capitalista: sindicatos, comissões de trabalhadores, colectivos de mulheres trabalhadoras, associações de bairro, de moradores, de estudantes.

Mas essas formas de auto-organização da nossa classe não bastam. São precisas, também, ferramentas políticas nossas, independentes da burguesia, do Estado, da União Europeia. Dependentes, apenas, dos próprios trabalhadores. Que apenas aos trabalhadores prestem contas.

É preciso um verdadeiro partido dos trabalhadores.

Se concordas que é necessário trabalhar e colaborar nesta perspectiva, individualmente ou enquanto colectivo existente, propomos: conversemos.

Nas próximas semanas e meses, promoveremos encontros, de que serás informado, para discutirmos todos juntos o que é necessário fazer, como organizar-nos.

Escreve-nos para: a.internacional.pt@gmail.com

O nosso espaço on-line é: <https://ainternacional.pt>

CONVITE

plataforma por um **Partido dos Trabalhadores**

- Se vês na revolução portuguesa de 1974/75 o momento em que a classe trabalhadora quis para si o poder político, económico e social e sabes que os direitos e liberdades de que trabalhadores e jovens ainda hoje gozam provêm dessa vaga revolucionária.
- Se vês na União Europeia um instrumento do grande capital imperialista, que asfixia a democracia e a soberania popular e divide os povos em vez de os unir.
- Se não te escapou que, desde o euro e os tratados da UE, os salários reais baixam e os lucros sobem – porque para isso foram feitos esses tratados.
- Se vês na NATO a aliança imperialista dos poderosos dos EUA e da UE para manterem a sua "ordem" no mundo, promovendo guerras para garantir os lucros das multinacionais à custa do sofrimento dos povos e da destruição do ambiente.
- Se és pelo entendimento e pela paz entre nações livres e pelo socialismo.
- Se exiges paz imediata na Ucrânia, rejeitas a invasão russa e as ditaduras mafiosas, a de Putin como a de Zelensky, instrumento da NATO; se apoias os trabalhadores e jovens desses e de todos os países na sua luta contra o capitalismo mafioso e assassino.
- Se defendes uma Palestina livre, democrática, unida e laica, sem discriminação de etnias ou religiões e vês no sionismo o instrumento do imperialismo no Médio Oriente.
- Se recusas deitar as culpas dos males sociais para cima dos trabalhadores "estrangeiros" e sabes que a principal oposição é entre capital e trabalho e só a união dos trabalhadores pode defender as conquistas e direitos existentes e obter novos.
- Se defendes as trabalhadoras e trabalhadores de minorias étnicas, religiosas e sexuais – mas compreendes que elas só se poderão libertar unindo-se à luta geral dos trabalhadores e jovens contra a exploração capitalista, fonte última de todas as opressões.
- Se vês necessário que aqueles que, como tu, compreendem tudo isto se organizem num partido de mulheres, jovens, homens trabalhadores, à escala nacional e internacional, que reconheça na luta de classes o motor da política e faça seu o lema de que "a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores".

Então, conversemos: é hora de, juntos, formarmos uma plataforma para construir um Partido dos Trabalhadores.

política

PALESTINA:

Bloco de Esquerda
no Campo do Imperialismo

Em 19 de Outubro de 2023, os eurodeputados do Bloco de Esquerda votaram, no mal denominado “Parlamento Europeu”, a favor de uma resolução de apoio e incentivo à guerra do Estado de Israel contra o povo palestino. A resolução foi aprovada por grande maioria: votaram-na toda a extrema-direita e direita, mas também grande parte da “esquerda”.

É inimaginável que este voto não provocasse a indignação dos militantes do Bloco, pelo menos dos que dele souberam (a direcção teve o cuidado de lhe dar nula publicidade).

Uma semana mais tarde, o BE pediu ao parlamento para mudar o registo do sentido do seu voto. O efeito material do voto ficou, é claro, inalterado.

Porém, a direcção do BE não se ficou por aí. Desde então, não encontra melhor do que exigir a aplicação das resoluções da ONU. A primeira, a nº 181 de 1947, é precisamente a que impõe a partição da Palestina.

BE adere, deste modo, à farsa montada por Biden e seus acólitos, incluindo a ONU, de desenterrar a chamada “solução de dois Estados” do esquecimento a que há muito a organização sistemática da expulsão do povo palestino pelo Estado de Israel a votara. É um esfarrapadíssimo expediente ante o movimento de massas mundial contra o genocídio sionista.

Convém recordar o contexto. Pelos acordos de Oslo de 1993/95, impôs-se à Organização de Libertação da Palestina (OLP), representação política do povo palestino, a aceitação formal da “solução de dois Estados” e a renúncia à reivindicação fundamental da Carta da OLP: a independência nacional da Palestina no seu território histórico, como república una, democrática e laica “do rio até ao mar”. O propósito era, e o efeito foi, destruir a própria OLP.

genocídio conduzido pelo Estado sionista contra o povo palestino mergulha as suas raízes no acordo entre o imperialismo americano e Stalin no final da Segunda Guerra Mundial, que criou o Estado de Israel – acordo materializado na referida resolução nº 181, de partição do território histórico da Palestina entre um “Estado judeu” e um “Estado árabe”. Este último nunca viu, bem entendido, a luz do dia. O Estado de apartheid de Israel ocupa directa ou indirectamente toda a Palestina (assinale-se que, se houvesse, da parte de Israel e dos EUA, a mínima intenção de levar avante a “solução de dois Estados” – e não havia nem há –, esta significaria sempre, entre outras coisas, a manutenção do regime de apartheid na maior parte da Palestina histórica).



A realidade, hoje, é esta: o Estado sionista, com o enorme poderio militar que lhe é conferido, sustentado e garantido pelos Estados Unidos, trava uma guerra de genocídio contra o povo palestino na faixa de Gaza, na sequência e a pretexto da incursão militar de guerrilheiros islamistas do Hamas nas imediações de Gaza, em 7 de Outubro. O genocídio em Gaza é coadjuvado por assassinatos indiscriminados perpetrados pelo exército e colonos sionistas na Cisjordânia ocupada. Israel leva às últimas consequências o processo de limpeza étnica iniciado com os massacres e expulsões de 1948 (a *Nakba*).

Ainda assim, poucos terá surpreendido que os imperialismos europeus subalternos se precipitassem, como já acontecera no caso da guerra na Ucrânia, para manifestar a sua obediência às ordens de Washington e aos desejos de Tel Aviv. A presidente da Comissão Europeia distinguiu-se particularmente, com quase indisfarçados apelos ao extermínio de Gaza. O “Parlamento” Europeu apressou-se a aprovar a resolução acima referida. A frase de código usada para cobrir a operação de extermínio é “o direito de Israel a defender-se” – “direito” que, como assinalado por especialistas (mas silenciado pela propaganda da comunicação social), nem sequer existe no “direito internacional” da ordem imperialista actual, que apenas reconhece um “direito de autodefesa” em caso de agressão de um Estado a outro.

A direcção do Bloco nunca deu explicação séria aos trabalhadores e à juventude sobre a sua inacreditável capitulação ao imperialismo e ao sionismo.

Antes, votara já sucessivos orçamentos de austeridade impostos pela União Europeia, sob a geringonça. Votou depois, também no Parlamento Europeu, várias resoluções a favor da guerra na Ucrânia, do reforço da NATO e do rearmamento e militarização dos Estados imperialistas.

A sua vergonhosa posição sobre a Palestina sela a sua passagem definitiva para o campo do imperialismo.

luta de classes

TRABALHADORES
DA GLOBAL MEDIA
EM LUTA PELOS SALÁRIOS
E POSTOS DE TRABALHO

Continuação da página 5

mais, daqui para a frente.

(...) E portanto, é um bocado por aí. Acho que devemos estar todos preocupados com esta situação dos trabalhadores. É urgentíssima, mas, a médio prazo, estamos a lidar com caminhos muito incertos. É bom que toda a gente esteja ciente disso.

JC: (...) O problema da liberdade de imprensa, conjugado com o poder económico, é a gente estar a olhar para a televisão e ver-se como é dada uma notícia. Por exemplo, Gaza, a chacina. A forma como se dá a notícia não é igual a quando é

para o outro lado; as coisas são tratadas sempre por orientação, há uma linha editorial imposta ao jornalista, nunca há liberdade de imprensa.

FSB: Mais ou menos, mais ou menos. Eu já passei por algumas redacções, mas eu, sinceramente – estou a ser o mais honesto possível – e nos últimos anos tenho trabalhado “política”, e o sector pode ser dado a interpretações de pressões etc. –, mas nunca senti, nenhum director nem ninguém chegou ao pé de mim e me disse: tu tens que fazer esta pergunta, tens que ir por aqui, por ali, a tua peça tem que ser assim, assado, não. Acreditem ou não, na TSF, isto não acontece. Há uma coisa, fica o apelo: quando eu falo do problema dos jornalistas terem sido moles ao longo dos anos – é preciso conselhos de redacção firmes, que vigiem e ajudem na auto-regulação dos próprios órgãos de comunicação social e

protejam desde logo as suas redacções. E isso é uma coisa que a TSF tem: um conselho de redacção que tem sido firme. Eu acho que temos todos, de facto, a ganhar quando as redacções são fortes. Há críticas que devem ser feitas, acho que os conselhos de redacção devem ser mais interventivos – devem, desde logo, existir, em primeira linha; mas, quando existem, ser mais interventivos. O regulador deve ser muito mais firme nas análises que faz não só das questões da transparência do negócio, mas também na análise do conteúdo, da preservação da pluralidade e da sensibilidade e das opiniões e do modo como as coisas são expostas nas notícias, nos jornais, nas rádios, nas televisões etc. Mas também é preciso confiar, é difícil, eu sei, às vezes, mas também é preciso confiar na ética e deontologia dos profissionais.

política / história do
movimento operário

NO CENTENÁRIO DA SUA MORTE Lenin vive!

21 de Janeiro de 2024

Comemorou-se há dias o centenário da morte de Lenin, o revolucionário russo que dedicou toda a sua vida à emancipação da classe trabalhadora e foi o principal dirigente da revolução russa de 1917.

A revolução russa marcou uma mudança fundamental do curso da história. Na Comuna de Paris, em 1871, o proletariado tomara o poder político pela primeira vez na história. Porém, apenas o conseguiu conservar durante alguns meses.

Em 1917, os trabalhadores russos constituíram o primeiro Estado operário da história. Não se ensina nas escolas que grande parte dos direitos progressistas que hoje se consideram características “naturais” da democracia (burguesa!) foi criada pela revolução russa: a proibição do trabalho nocturno e a igualdade de direitos das mulheres, o sufrágio universal, a jornada de oito horas, e tantas outras.

Independentemente do que depois aconteceu, as conquistas da revolução de Outubro perdurarão como marco fundamental na história da humanidade.

Lenin baseou-se no trabalho científico e militante de Engels e Marx. Reconheceu, com Rosa Luxemburgo, a passagem do capitalismo à era do imperialismo, “estádio supremo do capitalismo”. Na viragem do século XIX para o XX, o capitalismo entrava numa fase de decadência e podridão, em que a destruição de forças produtivas se sobrepunha ao seu desenvolvimento: a “era das guerras e revoluções”.

Para garantir a paz e o desenvolvimento da sociedade humana, tornava-se indispensável fundar um novo modo de produção e organização social, o socialismo.

Porém, para a revolução socialista poder vencer, era um imperativo político e prático o proletariado dispor do instrumento de um partido com um programa independente.

A representação política das classes subalternas em geral e do proletariado em particular encontra muitos obstáculos. Em qualquer época, salvo, em parte, em situações revolucionárias, as ideias dominantes são, por definição, as ideias da classe dominante.

Os trabalhadores formam a sua consciência de classe própria nas suas lutas imediatas, “economicistas e sindicalistas”, a que a irredutível exploração capitalista constantemente os obriga, se quiserem sobreviver.

Mas Lenin reconheceu que esse “movimento natural” só se podia transformar num movimento político revolucionário ca-

paz de transformar o mundo se os dirigentes que se destacam nesses processos se organizassem e educassem como força consciente de vanguarda, com a ajuda da teoria marxista, “sem a qual não pode haver movimento revolucionário”.

Lenin empenhou-se a fundo na tarefa de, antes e em preparação da eclosão dos acontecimentos revolucionários, construir um partido disciplinado, de quadros, “revolucionários profissionais”, solidamente ancorado no marxismo, que, chegado o momento, pudesse ajudar a classe trabalhadora a tomar e manter o poder. O método: agitação política, propaganda socialista e, sobretudo, intervenção directa nas, e ao lado das, lutas dos trabalhadores.

Lenin compreendeu que, caso contrário, as revoluções acabariam em derrotas da classe operária – como a história veio a demonstrar em numerosos casos.

Com outros dos primeiros militantes sociais-democratas russos (nome de quase todos os partidos operários durante a IIª Internacional), criou o jornal *Iskra* (“Centelha”) como instrumento de “luta resolvida e persistente para defender os fundamentos do marxismo”, “novamente colocado na ordem do dia”.

No livro *Que Fazer*, escrito num período de retrocesso teórico e de revisionismo dentro da social-democracia russa e internacional, Lenin centrou-se nas questões de organização e orientação política na construção do partido: centralismo democrático (discussão totalmente livre, seguida de aplicação por todos da posição maioritariamente decidida); conceito de vanguarda e de quadros profissionais; centralidade da teoria revolucionária na luta política e ideológica; planeamento da actividade e da intervenção; agitação e propaganda para educar politicamente e desenvolver a consciência revolucionária das massas.

A época de Lenin caracterizou-se, em geral, por um enorme desenvolvimento do movimento operário internacional, que foi ganhando elevada consciência de classe e organização de massas em sindicatos, escolas, cooperativas, associações culturais operárias.

A derrota das revoluções socialistas nos principais países capitalistas da Europa a seguir à Iª Grande Guerra deixou a Rússia soviética isolada. Isso propiciou uma contra-revolução política na própria União Soviética: embora sem poder restaurar o capitalismo (só o conseguiria no final dos anos oitenta), a burocracia do partido e do Estado apoderou-se do poder e esmagou o velho partido de Lenin.



Consequências directas e indirectas desses acontecimentos foram a falência da IIIª Internacional, o ascenso do fascismo, a Segunda Guerra Mundial e, em última análise, o trágico fim da União Soviética e o correspondente recuo dos direitos dos trabalhadores no mundo. A consciência das massas recuou.

Desde os últimos anos do século XX, a teoria marxista foi relegada para um estado de quase esquecimento ou “domesticação” nos círculos intelectuais. Porém, ao manter-se e agravar-se a decadência profunda do capitalismo, ao manterem-se e agravarem-se as circunstâncias que deram origem às análises de Marx, o marxismo mantém-se bem vivo como “filosofia do nosso tempo”.

E, nos anos mais recentes, da intensificação da guerra do capital contra o trabalho têm resultado grandes movimentos de resistência, por vezes de sublevação de massas.

A miserável falência das velhas direcções sociais-democratas e estalinistas (mas também das “novas esquerdas” (Syryza, Bloco de Esquerda, Podemos...), que carregam às costas traições sucessivas aos trabalhadores e jovens em todo do mundo, faz com que tome, também, forma um processo de recomposição política no movimento operário, cada vez mais visível nos protestos, na luta e na reconstrução da consciência da classe operária.

Este processo é uma condição prévia para reconstruir um movimento da classe trabalhadora que possa desafiar o poder do capital e conduzir ao socialismo.

Lenin readquire, assim, plena actualidade.

Não temos um partido e uma Internacional revolucionários. Em Portugal e nos outros países, necessitamos urgentemente de os construir.

Nós queremos contribuir decisivamente para a sua construção (Ver páginas centrais).

Lenin Vive!

argentina

A classe trabalhadora em autodefesa

Poucos dias depois de tomar posse, o presidente de extrema-direita, Milei, promulgou um “Decreto de Necessidade e Urgência” (DNU), que altera mais de 300 leis existentes. São abrangidos vários aspectos da economia, finanças, direito do trabalho, etc. As medidas têm um impacto brutal na classe trabalhadora: liberalização dos preços regulados dos gêneros alimentícios e produtos de primeira necessidade (carne, farinha, laticínios, etc.); revogação da “escala móvel das pensões”, que previa três aumentos anuais do montante das pensões; liberalização dos preços dos combustíveis; abolição dos subsídios ao consumo de eletricidade, gás e água potável; aumento das tarifas dos transportes; privatização das empresas públicas; revogação da lei das rendas; liberalização dos preços dos medicamentos; liberalização das importações.

As conquistas obtidas pelos trabalhadores nas suas lutas históricas ficam seriamente postas em causa. Os patrões que contratam trabalhadores sem os declarar passam a estar isentos de coimas. A lei sobre indemnização por despedimento é revogada. Passa a ser possível despedir sem justa causa e, portanto, sem indemnização, qualquer trabalhador que tenha participado num piquete de greve ou noutra forma de luta. Elimina-se assim, na prática, o direito de protesto. Limita-se a acção dos representantes sindicais nos locais de trabalho, limita-se o direito à greve em certos sectores ditos essenciais. Estas medidas vêm juntar-se a outras, incluindo a forte desvalorização do peso argentino, que levou a aumentos de preços de alguns produtos de até 100%. A taxa de inflação atingiu o valor recorde de 40% no mês de Janeiro.

A classe trabalhadora argentina resiste a estas medidas. Tem havido “caçoladas” espontâneas nas ruas e assembleias gerais nos locais de trabalho.

Em algumas regiões do interior do país, as forças de segurança dirigidas pela nova Ministra da Segurança, Patricia Bullrich, reprimiram manifestações, nomeadamente as dos trabalhadores do sector público. Bullrich é uma conhecida defensora do método da “mão de ferro”. Esteve envolvida na repressão das manifestações de 2001.



Buenos Aires, 24 de Janeiro

A CGT convocara uma greve para 24 de Janeiro, primeira greve geral na Argentina desde 2019. Os partidos de esquerda tomaram posição por uma greve activa, com apelo a manifestações de massas na Plaza de Mayo, local histórico no centro da capital*.

A greve geral teve adesão maciça e foi ponto de convergência de todo o descontentamento social, não só das famílias trabalhadoras, mas de todas as camadas sociais afectadas pela crise. Ficou marcada pelo gigantesco protesto frente ao Congresso, em Buenos Aires. É uma primeira vitória dos trabalhadores, que poderá desencadear uma luta muito intensa por aumentos salariais, face ao flagelo da hiper-inflação, e contra os encerramentos de empresas que a brutal política de ajustamento de Milei-Macri ameaça provocar.

A burguesia argentina, cega de arrogância pela vitória aparentemente deslumbrante de Milei nas eleições presidenciais, escolheu, com uma política de ataque brutal à classe trabalhadora, o caminho do confronto aberto e desenfreado. Joga o jogo do tudo ou nada – mas está longe de ter na manga todas as cartas vencedoras.

Não é, para já, a “ditadura” a chegar. Inicia-se, porém, uma intensificação da luta de classes, a que a classe trabalhadora mundial assistirá com expectativa, solidária com as suas irmãs e irmãos argentinos.

* Onde se realizaram manifestações das mães e avós dos 30.000 activistas “desaparecidos”/assassinados durante a ditadura militar (1976-1983).

ucrânia

Guerra sem fim?

Faz quase dois anos a guerra da NATO e de Putin.
Os povos da Ucrânia e da Rússia pagam um preço altíssimo.
As centenas de milhares de mortos fazem engordar os lucros da indústria militar.

Os números são assustadores. “Dos 200.000 soldados profissionais (ucranianos) em serviço em fevereiro de 2022, a grande maioria está agora morta em combate ou ferida”. Números avançados, no jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung* (31 de Dezembro), pelo general alemão Marlow, responsável pela formação dos soldados ucranianos sob as ordens da União Europeia, auxiliar da NATO.

A estas mortes juntam-se as dos reservistas que os substituíram, civis ucranianos. E tantas, se não ainda mais, do lado russo. Nem Putin, nem Zelensky, nem a NATO fornecerão quaisquer números. Mas, em Agosto de 2023, o *New York Times* estimava o número de vítimas em 500.000.

A 11 de Janeiro, a Rada ucraniana (parlamento) adiou a adopção dos projectos de lei 10378 e 10379, que até deputados favoráveis ao poder classificaram de “contrários aos direitos humanos”. Com estes projectos de lei, Zelensky pretende facilitar uma nova vaga de mobilização de 500.000 homens para compensar as perdas na frente de batalha, baixando a idade mínima para 25 anos e punindo severamente quem tentar escapar.

Comentário de militantes operários ucranianos: “Os bombardeamentos russos de cidades ucranianas em 29 de Dezembro, a que se seguiram bombardeamentos ucranianos a Belgorod (Rússia) no dia 30, custaram a vida a dezenas de civis de ambos os lados, pondo termo à esperança de uma redução gradual das hostilidades. Os projectos de lei 10378 e 10379, que endurecem o processo de mobilização, causam inquietação. Todos os ucranianos conhecem alguém na linha da frente. E quem lá está aconselha os seus próximos a tentarem escapar à mobilização. Nada mais é do que uma batalha entre dois clãs mafiosos, russo e ucraniano, para partilhar territórios e cemitérios”, resume um residente de Kharkiv.”

Em visita oficial a Kiev, a 12 de Janeiro, o primeiro-ministro britânico prometeu a Zelensky que “a Grã-Bretanha aumentará a sua ajuda militar à Ucrânia para 2.500 milhões de libras (quase 3.000 milhões de euros), mais 200 milhões de libras do que nos dois anos anteriores” (*The Guardian*).

O governo sueco – candidato à adesão à NATO – afirma que “poderá haver guerra na Suécia” contra a Rússia... para justificar a duplicação do seu orçamento militar para o equivalente a 2% do seu produto interno bruto, como a NATO exige.

Querem lá eles saber do sofrimento do povo ucraniano. Para a NATO, a guerra deve continuar até ao último soldado ucraniano.

Os fornecimentos de armas pagos pelos Estados membros da NATO asseguram à indústria militar americana carteiras de encomendas cheias por muitos anos. Tanto mais que às exigências de Zelensky se juntam as de Israel. Segundo *Le Canard enchaîné* (3 de Janeiro): “Os peritos do Pentágono estimam que a indústria militar americana teria de ‘triplicar, ou mesmo quadruplicar’ a sua produção mensal”. Condição, acrescentam os peritos, “para fazer face a eventuais novas crises, como a da região do Indo-Pacífico”. Tradução: para continuar os preparativos para a guerra americana contra a China.

Entretanto, após o fracasso da ofensiva ucraniana patrocinada pela NATO, Putin pretende aproveitar as dificuldades do imperialismo americano no Médio Oriente para lançar a sua própria ofensiva. Mas também na Rússia a mobilização de fundos para a guerra debilitou o investimento na manutenção de infra-estruturas. Este inverno tem sido marcado por um número crescente de acidentes nas redes de água, deixando sem aquecimento os moradores de grandes bairros sociais.

Dos dois lados da linha da frente levantam-se vozes contra a guerra, preocupando tanto o regime de Putin como o de Zelensky. Daí a brutalidade da repressão. Em 28 de Dezembro de 2023, um tribunal russo condenou os jovens Artiom Kamardín e Egor Chtovba a sete e cinco anos de prisão, respectivamente. O crime que cometeram? A 22 de Setembro de 2022, em frente à estátua de Vladimir Mayakovsky, em Moscovo, tinham lido poemas contra a guerra, poucos dias depois de o Kremlin ter ordenado a mobilização de 300 mil homens.

palestina

NOVA OFENSIVA CONTRA GAZA:

Um "cenário ainda mais infernal", segundo a ONU

Desde o dia 1 de Dezembro de 2023, dia em que Israel pôs termo à curta trégua para negociar a libertação de presos israelitas, o governo de Netanyahu lançou nova ofensiva contra a faixa de Gaza. Esta visa, particularmente, o Sul, onde se refugiaram mais de um milhão de habitantes da cidade de Gaza, varrida do mapa. A ONU manifestou alarme face a um "cenário ainda mais infernal".

O Estado-Maior israelita prometeu que "o que fizemos com força e minúcia no Norte da Faixa de Gaza, também faremos no Sul" (*The Times of Israel*). As "minúcias" da barbárie: a UNICEF denunciou "perdas devastadoras de crianças" durante os bombardeamentos (logo no dia 2). O Comité Internacional da Cruz Vermelha: "estamos a criar uma geração de amputados" (4 de Dezembro).

Os planos para o "pós-guerra" são a condizer. Parte do governo de Netanyahu não desistiu de expulsar os palestinianos de Gaza para o Egipto... enquanto um plano americano-israelita, revelado pelo *Wall Street Journal*, visa evacuar Gaza de milhares de combatentes do Hamas "como o Líbano foi evacuado de 'fedayin' da OLP em 1982" (*Courrier international* de 1 de Dezembro), embora "a coisa pareça muito complicada". A "solução" de Israel, seja qual for a opção, é esmagar e expulsar.

A administração Biden está, entretanto, preocupada. Não porque tenha a menor simpatia pelo povo palestiniano, mas porque, pela primeira vez na história, a maioria da população americana não apoia a ofensiva israelita. A CNN referira já a 30 de Novembro que "o apoio de Biden a Netanyahu custou-lhe caro em termos políticos, tanto ao nível interno como externo (...). No plano interno, os milhares de mortos palestinianos (...) fazem temer que os eleitores mais jovens e progressistas, já distanciados de Biden, não votem nele em Novembro de 2024 (...). O risco de divergências crescentes entre os dois governos sobre a condução futura da guerra poderá trazer novas tensões. Os interesses nacionais vitais dos Estados Unidos e de Israel não estão irrevogavelmente alinhados".

O secretário americano da defesa, Austin, avisou Israel de que "se vocês empurram (os palestinianos) para os braços do inimigo,

transformarão uma vitória táctica numa derrota estratégica" (3 de Dezembro). Na ocasião, Austin e Biden tiraram outra vez da cartola a pretensa "solução de dois Estados". Segundo Austin, "única saída para o trágico confronto".

A administração americana sabe perfeitamente que esta "solução" não passa de um chocalho que se agita com regularidade há 75 anos. Já estava na Resolução 181 da ONU que, em 29 de Novembro de 1947, impôs a partição da Palestina, ou seja, a sua divisão artificial num "Estado judeu" e num "Estado árabe" (este nunca chegou a ver a luz).

A invocação dessa solução nunca evitou massacres e "trágicos confrontos", bem pelo contrário. Como sempre, esta "solução" esbarra numa realidade: nenhum dirigente do Estado de Israel tem a intenção de tolerar "Estado palestiniano" algum.

Distribuição de armas e utilização de fósforo branco

Desde 7 de Outubro, o governo Netanyahu distribuiu 150 mil licenças de porte de arma a civis israelitas. Termo de comparação: no mesmo período do ano passado, emitiram-se 42 licenças! Discordando destas medidas de guerra civil, o director do Departamento de Licenças demitiu-se. O diário *Haaretz* denunciou que "se distribuem armas como se fossem rebuçados" (4 de Dezembro). Principais beneficiários são os colonos extremistas da Cisjordânia que, juntamente com o exército, ali assassinarão, desde 7 de Outubro, 344 palestinianos, 88 deles crianças (*Haaretz*, 22 de Janeiro).

Ficou, entretanto, provado que o exército israelita utiliza bombas de fósforo branco no Sul do Líbano. A Amnistia Internacional tornou-o público, recordando as consequências do uso desta substância incendiária: "as pessoas expostas ao fósforo branco podem sofrer lesões respiratórias, falência de órgãos e outros ferimentos muito graves e potencialmente fatais, incluindo queimaduras extremamente difíceis de tratar e insusceptíveis de extinção com água. Basta muitas vezes que estas queimaduras afectem menos de 10% do corpo para serem fatais".

Estados Unidos preocupados com a "conflagração" que Israel pode estar a provocar

A digressão do secretário de Estado norte-americano, Blinken, no Médio Oriente tem um objectivo: "evitar a conflagração".

Ao multiplicar os ataques contra responsáveis do Hezbollah libanês e um chefe militar iraniano, no Líbano e na Síria, o Governo israelita procura generalizar a guerra regional para pressionar Biden. À lógica expansionista do sionismo acresce a vontade de proteger Netanyahu, que, se deixar o cargo, fica sob ameaça de prisão por corrupção.

Mas uma guerra total no Médio Oriente não é do interesse do imperialismo americano. Atolado na guerra da NATO contra a Rússia, a prioridade dos EUA são os preparativos de guerra contra a China. Washington já teve que enviar a marinha para o Mar Vermelho para proteger Israel de fogo vindo do Iémen.

Assim, Blinken vai tentando "desarmar" as minas semeadas por Netanyahu. Foi em digressão ter com os regimes "amigos" da Turquia, Jordânia, Arábia Saudita, Emirados e Qatar, repetindo avisos a Netanyahu de que o conflito não deve criar "metástases" e que "Israel precisa de segurança duradoura e o

povo palestiniano de um Estado".

Na véspera da sua chegada a Telavive, o antigo primeiro-ministro israelita Yair Lapid, ligado à administração Biden, apelara à queda do governo de Netanyahu, enquanto o ministro da Defesa ameaçava – no *Wall Street Journal* – exportar a guerra para o Líbano... o que nem os dirigentes americanos nem os do Irão desejam.

Para pressionar Netanyahu, Blinken chegou ao ponto de pedir a Israel que se preocupasse com o que está a acontecer aos "civis palestinianos". Hipocrisia total: 100% das bombas que matam todos os dias as crianças de Gaza são "made in USA"! No final de Dezembro, mais de metade dos cidadãos americanos desaprovavam, pela primeira vez, a ajuda militar e financeira dos EUA a Israel, segundo uma sondagem da Universidade de Quinnipiac, no Connecticut.

Como dizem cada vez mais trabalhadores e jovens nos Estados Unidos, é responsabilidade dos dirigentes do movimento operário apelar ao bloqueio dos carregamentos de armas... sem os quais Netanyahu não poderia continuar os seus massacres.

"Netanyahu sabia. Netanyahu ignorou. Netanyahu é responsável."



Apesar da nova ofensiva contra Gaza, Netanyahu não conseguiu evitar que o seu processo por corrupção fosse reatado. O processo "fora suspenso, juntamente com todos os outros casos não urgentes, a seguir ao 7 de Outubro" (*Times of Israel*, 30 de Novembro).

Acrescem, semana após semana, novas revelações sobre a responsabilidade de Netanyahu nas condições em que se desenrolou o ataque do Hamas de 7 de Outubro, que causou 1200 mortos do lado israelita. O editorial do diário israelita *Haaretz* (22 de Novembro) é contundente: "Netanyahu sabia. Netanyahu ignorou. Netanyahu é responsável". O diário acrescenta que "o chefe do departamento de investigação dos serviços secretos militares (israelitas) tinha enviado pessoalmente um aviso a Benjamin Netanyahu". O *New York Times* escreveu, entretanto, que Israel sabia dos preparativos do Hamas para a operação militar há pelo menos um ano, antes do ataque de 7 de Outubro.

A decisão do governo israelita de pôr fim à trégua está a provocar novas clivagens na sociedade israelita. Uma sondagem de opinião realizada para o diário israelita *Maariv*, na véspera do recomeço dos bombardeamentos, mostrou que 54% dos israelitas eram pela continuação da trégua temporária na Faixa de Gaza e pela troca de prisioneiros entre Israel e o Hamas.

palestina

GAZA: OUSAR ROMPER!

A situação em Gaza é “apocalíptica” para a população civil. Di-lo Josep Borrell, vice-presidente da Comissão Europeia e chefe do seu serviço diplomático, que acrescenta: “A destruição de edifícios em Gaza é mais ou menos idêntica ou mesmo maior do que a destruição sofrida pelas cidades alemãs durante a Segunda Guerra Mundial”. Por seu lado o Secretário-Geral da ONU descreve Gaza como “um cemitério de crianças”.

Quase 2.500.000 palestinos encurralados cambaleiam pelo apocalipse criado por mais de 10.000 ataques israelitas, que semeiam a morte a cada esquina; quase 80.000 mortos ou feridos*; fome generalizada, doentes privados de cuidados, 85% da população deslocada.

Como reagiram à denúncia do apocalipse por Borrell os ministros dos Negócios Estrangeiros dos 27 países da União Europeia, que se reuniram com ele em 11 de



Dezembro? A proposta de vários países, pediram sanções adicionais contra o Hamas.

Sanções? Se a ideia é travar a ofensiva “apocalíptica” que devasta Gaza, sanções devem apontar a quem é responsável. A saber, Israel e o governo de Netanyahu, mas também os Estados Unidos e a administração Biden, que – pelo seu apoio militar, financeiro, político e diplomático – tem responsabilidade esmagadora na situação.

O mais urgente, para qualquer pessoa que se preocupe com a humanidade – independentemente do ponto de vista que

tenha sobre o Hamas ou sobre a solução política no Médio Oriente – é as crianças palestinianas poderem viver, ter alimento e quem cuide delas.

A prioridade mais urgente é pôr termo à ofensiva assassina.

Na reunião do Conselho de Segurança da ONU de 8 de Dezembro, os Estados Unidos bloquearam o apelo a um cessar-fogo. Isto demonstra duas coisas. Primeira, que não se pode esperar nada da ONU, que há 75 anos se mantém fiel à sua Resolução de 1947 que impôs a partilha da Palestina, causa dos sofrimentos infligidos desde então a todos os habitantes da região. Segunda, que o amplo consenso em torno da palavra de ordem de “cessar-fogo” é, no mínimo, enganador.

Sim, temos de exigir o fim do poder de fogo largado por Israel sobre a população palestinianiana! Mas também temos de exigir que as tropas israelitas se retirem da Faixa de Gaza e que o cerco seja levantado, de modo que se possam reunir recursos para alimentar e cuidar da população e salvá-la! Mais: que as organizações da classe trabalhadora apelem aos trabalhadores para embargarem o envio de armas para Israel e se mobilizarem para pôr fim à ajuda militar e financeira dada a Israel pelos Estados Unidos e por todas as potências capitalistas!

Ao fazê-lo, torna-se imperativo **ousar romper com a ordem imperialista, neste terreno de luta como em todos os outros!**

Só a unidade dos trabalhadores e dos povos pode trazer a paz ao mundo.

Ousar romper!

Nota *Até 21 de Janeiro, foram mortos 25.105 e feridos 62.681 palestinianos. Contudo, é de esperar que o número real de mortos seja superior, dado não ser possível extrair corpos dos escombros.

Traduzido e adaptado do editorial do nº 126 de *The Organizer*, jornal da secção americana do *Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional*, 31 de Dezembro de 2023.

"Se isto não é genocídio, então o que é?"

pergunta o jornalista israelita Gideon Levy, no diário *Haaretz* (14 de janeiro)

Com o Tribunal Internacional de Justiça (ver abaixo) a discutir uma queixa da África do Sul, Gideon Levy, antecipando-se à possibilidade de o Tribunal se recusar a descrever o que está a acontecer em Gaza como "genocídio", escreve: "O que é então? O que se chama ao massacre que continua, enquanto estas linhas estão a ser escritas, sem discriminação, sem restrições, a uma escala difícil de imaginar? O que é que se chama às crianças moribundas nos hospitais, algumas das quais já não têm ninguém no mundo, e aos civis idosos esfomeados que fogem para salvar a vida da ameaça constante das bombas? Será que a definição legal vai mudar o seu destino?"

Gideon Levy tem toda a razão. Seja qual for o resultado das deliberações dos juizes de Haia, o que se passa em Gaza desde 7 de Outubro é um genocídio: um massacre em massa com o objetivo de eliminar o povo palestiniano. Tal como os repetidos ataques do exército israelita à Cisjordânia têm por objectivo expulsar de novo o povo palestiniano, depois de 1948, e obrigá-lo ao exílio perpétuo.

Os responsáveis por estes crimes abomináveis nunca serão chamados a prestar contas por nenhum "tribunal internacional".

Em primeiro lugar, o governo israelita de "unidade nacional", que reúne todas as correntes do sionismo, da "esquerda" à extrema-direita. O seu ministro da Defesa

acaba de anunciar que a "fase intensiva está a chegar ao fim" e desencadeia bombardeamentos que elevam o número de mortos a mais de 24.100. Este número não inclui os milhares de soterrados nas ruínas dos edifícios destruídos. O Governo anunciou que a sua guerra vai durar "meses" e, para isso, acaba de acrescentar 15 mil milhões de dólares de despesas através de "cortes orçamentais generalizados para financiar o custo da guerra em Gaza" (*The Times of Israel*, 16 de Janeiro).

A administração Biden é igualmente responsável pelo genocídio com Israel. Porque de onde vêm os fundos e as bombas que exterminam uma média de 250 palestinianos todos os dias? É muito bonito que Biden e a sua Secretária de Estado finjam estar preocupados com o destino dos civis em Gaza, mas na verdade são os mísseis "made in USA" que estão a chover sobre eles. Também são responsáveis todos os governos - a começar pelo de Macron - que durante semanas encobriram o genocídio em nome do sacrosanto "direito de se defender" de Israel.

Assim, para travar o genocídio e o braço assassino dos responsáveis, os trabalhadores e os povos do mundo têm o direito de exigir aos dirigentes das organizações de trabalhadores e dos partidos de "esquerda": organizem desde já o congelamento de todas as entregas de armas a Israel! Exijam desde já a ruptura de todas as relações diplomáticas, militares e económicas com os genocidas!